DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106 Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106 Dados: 2025.07.25 22:15:53 -03'00'

Nº 18.395 | João Pessoa - Sexta-feira, 25 de Julho de 2025 | SUPLEMENTO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 46.873 DE 25 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a efetivação de unidades organizacionais e vagas de postos e graduações da Polícia Militar do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 86 da Constituição Estadual, e considerando o disposto nos arts. 41, 44, 51 e 57 da Lei Complementar nº 212, de 22 de julho de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam efetivadas, no âmbito da Polícia Militar do Estado da Paraíba, as unidades organizacionais criadas pela Lei Complementar nº 212, de 22 de julho de 2025, na forma da denominação e estrutura constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Ficam abertas de forma imediata as frações das vagas para os postos e graduações, referentes às vagas geradas por intermédio da publicação da Lei Complementar nº 212/2025, observando-se os quantitativos fixados no Quadro de Vagas por Postos e Graduações da Polícia Militar do Estado da Paraíba, conforme Anexo II e com distribuição do efetivo no Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE), nos termos do Anexo V.

Art. 3º Ficam abertas, na data de 1º/12/2025, as frações das vagas para os postos e graduações, referentes às vagas geradas por intermédio da publicação da Lei Complementar nº 212/2025, observando-se os quantitativos fixados no Quadro de Vagas por Postos e Graduações da Polícia Militar do Estado da Paraíba, conforme Anexo III e com distribuição do efetivo no Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE), nos termos do Anexo VI.

Art. 4º Ficam abertas, na data de 1º/04/2026, as frações das vagas para os postos e graduações, referentes às vagas geradas por intermédio da publicação da Lei Complementar nº 212/2025, observando-se os quantitativos fixados no Quadro de Vagas por Postos e Graduações da Polícia Militar do Estado da Paraíba, conforme Anexo IV e com distribuição do efetivo no Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE), nos termos do Anexo VII.

Art. 5º A partir da publicação deste Decreto, as vagas para a promoção ao Posto de Coronel dos quadros QOEM e QOS serão ocupadas na proporção instituída na alínea "c" do art. 10 da Lei Estadual nº 3.908, de 14 de julho de 1977, com a redação conferida pelo art. 10 da Lei nº 13.785, de 22 de julho de 2025, iniciando-se a ocupação pelo critério de merecimento, na proporção de 5 (cinco) vagas por merecimento e em seguida 1 (uma) vaga por antiguidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 25 de julho de 2025; 137º da Proclamação da República.

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador

Anexo I – Unidades Organizacionais Efetivadas

I - DIREÇÃO SUPERIOR
- Gabinete do Comandante-Geral;
- Gabinete do Subcomandante-Geral;
- Gabinete do Estado-Maior Estratégico;
- Alto Comando;
- Departamento Geral de Administração – DGA;
- Departamento Geral de Operações – DGO;
- Departamento de Inteligência – DI;
- Departamento Correcional – DC.

II - ASSESSORAMENTO À DIREÇÃO SUPERIOR
- Chefia de Gabinete do Comandante-Geral;
- Assessoria Jurídica Militar;
- Chefia de Gabinete do Subcomandante-Geral;
- Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão Por Resultados;
- Assessoria de Projetos, Convênios e Captação de Recursos;
- Assessoria de Desenvolvimento Humano, Saúde e Políticas Educacionais;
- Assessoria de Inovação, Tecnologia e Segurança Cibernética;
- Assessoria de Políticas de Segurança e Prevenção à Violência;
- Assessoria de Gestão do Conhecimento, Doutrina e Normatização;
- Assessoria de Assuntos Legislativos;
- Assessoria de Análise de Dados e Estatística institucional.
- Corregedoria;
- 1ª Corregedoria Regional;
- 2ª Corregedoria Regional;
- 3ª Corregedoria Regional;
- 4ª Corregedoria Regional;
- 5ª Corregedoria Regional;
- Centro de Prisão e Custódia Militar;
- Ouvidoria;
- 1ª Ouvidoria Regional;
- 2ª Ouvidoria Regional;
- 3ª Ouvidoria Regional;
- 4ª Ouvidoria Regional;
- 5ª Ouvidoria Regional.

III – ÁREA INSTRUMENTAL
- Centro de Controle Interno – CCI;
- Centro de Contratações – CCon;
- Centro de Comunicação Social – CComS;
- Arquivo-Geral;
- Protocolo-Geral;
- Ajudância Geral;
- Centro de Assistência Religiosa (Capelania);
- Coordenadoria da Guarda Militar da Reserva.
- Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP;
- Diretoria de Educação e Cultura – DEC;
- Centro de Altos Estudos de Segurança Pública – CAESP;
- Academia de Polícia Militar do Cabo Branco – APMCB;
- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP;
- Centro de Formação Técnica e Complementar – CFTC;
- Centro de Patrimônio Histórico e Cultural – CPHC;
- Colégio da Polícia Militar – CPM;
- Coordenadoria do Prog. Educ. de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD;
- Diretoria de Saúde e Assistência – DAS;
- Centro de Perícia Médica;
- Centro de Educação Física e Desportos – CEFID;
- Centro de Assistência Multiprofissional;
- Diretoria de Finanças – DF;
- Diretoria de Apoio Logístico – DAL;
- Centro de Suprimento e Logística;
- Diretoria de Tecnologia e Inovação – DTI;
- Centro de Desenvolvimento Tecnológico;
- Centro de Suporte Técnico;
- Centro de Gestão Executiva;
- Centro de Engenharia e Arquitetura.

IV - ÁREA FINALÍSTICA
- Comando de Policiamento Regional Metropolitano – CPRM;
- Comando de Policiamento Regional I – CPR-I;
- Comando de Policiamento Regional II – CPR-II;
- Comando de Policiamento Regional III – CPR-III;
- Comando de Policiamento Regional IV – CPR-IV;
- 1º Batalhão de Polícia Militar – 1º BPM;
- 2º Batalhão de Polícia Militar – 2º BPM;
- 3º Batalhão de Polícia Militar – 3º BPM;
- 4º Batalhão de Polícia Militar – 4º BPM;
- 5º Batalhão de Polícia Militar – 5º BPM;
- 6º Batalhão de Polícia Militar – 6º BPM;
- 7º Batalhão de Polícia Militar – 7º BPM;
- 8º Batalhão de Polícia Militar – 8º BPM;
- 9º Batalhão de Polícia Militar – 9º BPM;
- 10º Batalhão de Polícia Militar – 10º BPM;

- 11º Batalhão de Polícia Militar – 11º BPM;
- 12º Batalhão de Polícia Militar – 12º BPM;
- 13º Batalhão de Polícia Militar – 13º BPM;
- 14º Batalhão de Polícia Militar – 14º BPM;
- 15º Batalhão de Polícia Militar – 15º BPM;
- 16º Batalhão de Polícia Militar – 16º BPM;
- 17º Batalhão de Polícia Militar – 17º BPM;
- 18º Batalhão de Polícia Militar – 18º BPM;
- 19º Batalhão de Polícia Militar – 19º BPM;
- 20º Batalhão de Polícia Militar – 20º BPM;
- 21º Batalhão de Polícia Militar – 21º BPM;
- 22° Batalhão de Polícia Militar – 22º BPM;
- 23° Batalhão de Polícia Militar – 23º BPM;
- 24° Batalhão de Polícia Militar – 24º BPM;
- 25° Batalhão de Polícia Militar – 25º BPM;
- Comando de Operações de Choque – CPChoque;
- Batalhão de Policiamento de Choque – BPChoque;
- Regimento de Policiamento Montado – RPMont;
- Regimento de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas – ROTAM;
- Companhia Independente de Policiamento com Cães – CIPCães;
- Comando de Policiamentos Especializados – CPEsp;
- Batalhão Especializado de Polícia de Trânsito Urbano – BPTran;
- Batalhão Especializado em Policiamento Turístico – BEPTur;
- Batalhão Especializado em Policiamento do Meio Ambiente – BPMA;
- Batalhão de Força Tática – BFT;
- Batalhão Especializado no Policiamento Rodoviário – BPRv;
- Centro de Mediação de Conflitos – CeMeCon;
- Centro de Análise Criminal e Estatística – CenACE;
- Grupamento de Operações Aéreas – GOA;
- Centro de Controle de Voo;
- Coordenação de Aeronaves Tripuladas;
- Coordenação de Aeronaves Não Tripuladas;
- Coordenadoria de Inteligência – CoInt;
- 1ª Divisão de Inteligência;
- 2ª Divisão de Inteligência;
- 3ª Divisão de Inteligência;
- 4ª Divisão de Inteligência;
- 5ª Divisão de Inteligência.
- Coordenadoria de Contrainteligência – CCInt;
- 1ª Divisão de Contrainteligência;
- 2ª Divisão de Contrainteligência;
- 3ª Divisão de Contrainteligência.
- Comando de Operações Especiais Policiais – CopEsP;
- Grupamento de Ações Táticas Especiais – GATE;
- Grupamento Especial de Operações no Sertão e Ações de Comandos –
- GEOSAC;
- Centro de Apoio Técnico.

GOVERNO DO ESTADO
Governador João Azevêdo Lins Filho

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.
BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINIST. FINANCEIRA E DE PESSOAS

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

Lúcio Falcão
GERENTE EXECUTIVO DE EDITORAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO

PUBLICAÇÕES: https://doepb.com.br/
DIÁRIO OFICIAL - Fone: (83) 3218-6500 - Ramal 7 - E-mail: wdesdiario@epc.pb.gov.br
COMERCIAL - Fone; (83) 991094012 - E-mail: comercialauniaopb@yahoo.com.br
CIRCULAÇÃO - Fone: (83) 99117-7042 - E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br.
OUVIDORIA: 99143-6762

Assinatura Digital Anual.....R$ 330,00
Assinatura Digital Semestral.....R$ 165,00
Assinatura Impressa Anual.....R$ 440,00
Assinatura Impressa Semestral.....R$ 220,00
Número Atrasado.....R$ 3,30

Anexo II
Quadro de Efetivação de Vagas por Postos e Graduações para Promoção de agosto de 2025.

OFICIAIS	QOEM	QOE	QOS	TOTAL
CORONEL	20	0	3	23
TENENTE-CORONEL	70	2	11	83
MAJOR	131	8	23	162
CAPITÃO	230	40	50	320
1º TENENTE	160	90	30	280
2º TENENTE	160	120	25	305
Total	771	260	142	1.173
PRAÇAS	QGP	QPC	QPA	**TOTAL**
SUBTENENTE	0	200	20	220
1º SARGENTO	600	380	30	1.010
2º SARGENTO	1600	420	50	2.070
3º SARGENTO	2600	450	50	3.100
CABO	2800	0	0	2.800
SOLDADO	3000	0	0	3.000
Total	10.600	1.450	150	12.200
TOTAL DE OFICIAIS E PRAÇAS			**13.373**	

Anexo III
Quadro de Efetivação de Vagas por Postos e Graduações para Promoção de dezembro de 2025, a serem abertas em 1º de dezembro de 2025.

OFICIAIS	QOEM	QOE	QOS	TOTAL
CORONEL	30	0	3	33
TENENTE-CORONEL	85	2	13	100
MAJOR	146	8	27	181
CAPITÃO	230	40	50	320
1º TENENTE	160	90	30	280
2º TENENTE	160	120	25	305
Total	811	260	148	1.219
PRAÇAS	QGP	QPC	QPA	TOTAL
SUBTENENTE	0	200	20	220
1º SARGENTO	600	380	30	1.010
2º SARGENTO	1600	420	50	2.070
3º SARGENTO	2600	450	50	3.100
CABO	2800	0	0	2.800
SOLDADO	3000	0	0	3.000
Total	10.600	1.450	150	12.200
TOTAL DE OFICIAIS E PRAÇAS			**13.419**	

Anexo IV
Quadro de Efetivação de Vagas por Postos e Graduações para Promoção de abril de 2026, a serem abertas em 1º de abril de 2026.

OFICIAIS	QOEM	QOE	QOS	TOTAL
CORONEL	35	0	3	38
TENENTE-CORONEL	100	2	15	117
MAJOR	160	8	30	198
CAPITÃO	230	40	50	320
1º TENENTE	160	90	30	280
2º TENENTE	160	120	25	305
Total	845	260	153	1.258
PRAÇAS	QGP	QPC	QPA	TOTAL
SUBTENENTE	0	200	20	220
1º SARGENTO	600	380	30	1.010
2º SARGENTO	1600	420	50	2.070
3º SARGENTO	2600	450	50	3.100
CABO	2800	0	0	2.800
SOLDADO	3000	0	0	3.000
Total	10.600	1.450	150	12.200
TOTAL DE OFICIAIS E PRAÇAS			**13.458**	

Anexo V
Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE) para Promoção de agosto de 2025.

QUADRO	QOEM						QOE					QOS						QGP	QPC	QPA	EFETIVO TOTAL
POSTO / GRADUAÇÃO	CEL QOEM	TC QOEM	MAJ QOEM	CAP QOEM	1º TEN QOEM	2º TEN QOEM	TC QOE	MAJ QOE	CAP QOE	1º TEN QOE	2º TEN QOE	CEL QOS	TC QOS	MAJ QOS	CAP QOS	1º TEN QOS	2º TEN QOS	PRAÇAS QGP	PRAÇAS QPC	PRAÇAS QPA	
PMPB - NÍVEIS ESTRATÉGICO E TÁTICO	16	52	111	195	151	153	1	5	35	80	110	2	7	14	35	20	20	10.200	1.300	120	**12.627**
ÓRGÃOS VINCULADOS	4	18	20	35	9	7	1	3	5	10	10	1	4	9	15	10	5	400	150	30	**746**
TOTAL	**20**	70	131	230	160	160	2	8	40	90	120	3	11	23	50	30	25	10.600	1.450	150	**13.373**

Anexo VI
Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE) para Promoção de dezembro de 2025, a serem abertas em 1º de dezembro de 2025.

QUADRO	QOEM						QOE					QOS						QGP	QPC	QPA	EFETIVO TOTAL
POSTO / GRADUAÇÃO	CEL QOEM	TC QOEM	MAJ QOEM	CAP QOEM	1º TEN QOEM	2º TEN QOEM	TC QOE	MAJ QOE	CAP QOE	1º TEN QOE	2º TEN QOE	CEL QOS	TC QOS	MAJ QOS	CAP QOS	1º TEN QOS	2º TEN QOS	PRAÇAS QGP	PRAÇAS QPC	PRAÇAS QPA	
PMPB - NÍVEIS ESTRATÉGICO E TÁTICO	25	65	120	195	151	153	1	5	32	80	110	2	9	18	35	20	20	10.200	1.300	120	**12.651**
ÓRGÃOS VINCULADOS	5	20	26	35	9	7	1	3	8	10	10	1	4	9	15	10	5	400	150	30	**758**
TOTAL	**30**	**85**	**146**	**230**	**160**	**160**	**2**	**8**	**40**	**90**	**120**	**3**	**13**	**27**	**50**	**30**	**25**	**10.600**	**1.450**	**150**	**13.419**

Anexo VII
Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE) para Promoção de abril de 2026, a serem abertas em 1º de abril de 2026.

QUADRO	QOEM						QOE					QOS						QGP	QPC	QPA	EFETIVO TOTAL
POSTO / GRADUAÇÃO	CEL QOEM	TC QOEM	MAJ QOEM	CAP QOEM	1º TEN QOEM	2º TEN QOEM	TC QOE	MAJ QOE	CAP QOE	1º TEN QOE	2º TEN QOE	CEL QOS	TC QOS	MAJ QOS	CAP QOS	1º TEN QOS	2º TEN QOS	PRAÇAS QGP	PRAÇAS QPC	PRAÇAS QPA	
PMPB - NÍVEIS ESTRATÉGICO E TÁTICO	28	80	135	195	151	153	1	5	35	80	110	2	10	20	35	20	20	10.200	1.300	120	**12.700**
ÓRGÃOS VINCULADOS	7	20	25	35	9	7	1	3	5	10	10	1	5	10	15	10	5	400	150	30	**758**
TOTAL	**35**	**100**	**160**	**230**	**160**	**160**	**2**	**8**	**40**	**90**	**120**	**3**	**15**	**30**	50	30	25	10.600	1.450	150	**13.458**

DECRETO Nº 46.874 DE 25 DE JULHO DE 2025.

Cria o "Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial" no Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 86 da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o "Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial", que consiste numa certificação a ser concedida aos Municípios do Estado da Paraíba em reconhecimento às ações promovidas, em âmbito local, para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial.

Art. 2º Constituem critérios mínimos para concessão do Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial o(a):

I - criação de estrutura institucional de promoção da igualdade racial ou designação de pasta já existente para o desenvolvimento de políticas de promoção de igualdade racial;

II - instituição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com paridade entre gestão pública e sociedade civil, por meio de decreto ou lei;

III - promoção de formação continuada para gestores e servidores, com conteúdo sobre as relações étnico-raciais;

IV – efetivação da Lei Federal n.º 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas brasileiras;

V – incentivo à promoção e apoio às artes produzidas pela população negra, povos e comunidades tradicionais;

VI – adesão ao Fórum Estadual de Gestores/as de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba.

§ 1º Para os fins deste Decreto, respeitada a capacidade técnica e econômica da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), a pedido do município interessado, a SEMDH poderá disponibilizar cooperação técnica e assessoramento, por meio da Gerência Executiva de Equidade Racial.

§ 2º Poderão ser considerados como critérios definidos pela SEMDH para a concessão do Selo:

I - a inclusão como tema transversal da política sobre saúde integral da população negra, bem como a saúde integral das mulheres e direitos sexuais e reprodutivos;

II - a inclusão no Calendário Escolar, do dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra;

III - a inclusão de políticas de ações afirmativas, principalmente na modalidade de cotas raciais, nos concursos públicos municipais;

IV - a criação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial e do Fundo Municipal de Políticas Públicas para a promoção da igualdade racial; e

V - a inclusão de ações de empreendedorismo, autonomia econômica e desenvolvimento sustentável com igualdade social.

Art. 3º A concessão do "Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial" dar-se-á mediante a submissão dos Municípios requerentes à avaliação de comissão técnica específica, na qual terá a participação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba.

Art. 4º A concessão do "Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial" ocorrerá com a entrega solene do Selo, com vigência de 02 (dois) anos, período que o processo de monitoramento será continuado, com vistas à avaliação dos avanços, o aprofundamento das ações de igualdade racial e seus resultados.

Parágrafo único. Caso o monitoramento continuado detecte retrocesso, a certificação será cancelada por ato da comissão técnica específica após aprovação da comissão técnica prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 25 de julho de 2025; 137º da Proclamação da República.

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Saúde

PORTARIA N.º 494 /GS **João Pessoa, 22 de julho de 2025.**

Dispõe sobre a comprovação da execução dos Planos de Trabalho e utilização dos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Castração e Bem-Estar Animal, e dá outras providências.

Considerando a Portaria n.º 538/GS, de 22 de abril de 2024, que instituiu o Programa Estadual de Incentivo à Castração e Bem-Estar Animal, bem como a Portaria n.º 1.280/GS, de 17 de dezembro de 2024, que altera prazos e acrescenta disposições ao programa;

Considerando o disposto no art. 23 da Portaria n.º 538/2024, no sentido que os Municípios detêm a responsabilidade em adotar todos os procedimentos legais, adequados e regulares para a utilização e aplicação dos recursos, de acordo com os objetivos estabelecidos; e

Considerando a necessidade de disciplinar a forma e prazos de apresentação das comprovações para liberação da parcela final de recursos, a depender do cumprimento qualitativo das metas estipuladas, e para sanção de eventuais irregularidades;

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 89, parágrafo único, inciso I da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no artigo 3°, inciso X da Lei Estadual 8.186/2007, que define a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar as regras para apresentação da documentação relacionada ao cumprimento das metas do Programa Estadual de Incentivo à Castração e Bem-Estar Animal, para fins de:

I. liberação dos 50% (cinquenta por cento) finais dos recursos estimados;

II. concessão de prazo suplementar a municípios com execução parcial das metas;

III. instauração de tomada de contas especial em casos de ausência total de execução.

Art. 2º A apresentação da documentação comprobatória deverá ser endereçada à Gerência Operacional de Políticas da Causa Animal, até o dia 28 de julho de 2025, mediante procedimento administrativo formalizado, contendo:

I. Cópia do Plano de Trabalho devidamente aprovado/assinado pela autoridade competente;

II. Cópia do Termo de Adesão;

III. Planilhas atualizadas com a quantidade devida de castrações (nos municípios de Porte II); e

IV. Relatórios consolidados gerados pelo REGPET (Sistema de Regulação Para Causa Animal), contendo a listagem das solicitações marcadas como ATENDIDAS.

Art. 3º Os municipios que cumpriram integralmente o Plano de Trabalho estipulado, considerando as alterações para aqueles pertencentes ao Porte II, farão jus ao repasse dos 50% restantes dos recursos.

Art. 4º Os Municípios que executaram parcialmente as metas de castração (cumprimento parcial do Plano de Trabalho), poderão solicitar prazo suplementar de até 60 (sessenta) dias para concluir os procedimentos pendentes.

§1º A solicitação do prazo suplementar deverá ser protocolada até o dia 28 de julho de 2025, na Secretaria de Estado da Saúde, de forma eletrônica ou presencial.

§2º Os municípios enquadrados na hipótese do *caput* não fazem jus ao recebimento da segunda parcela do recurso destinado pelo Programa.

Art. 5º Os Municípios que não executaram nenhuma etapa do Plano de Trabalho nem prestaram as devidas informações exigidas pelo Programa de Incentivo à Castração serão imediatamente objeto de Tomada de Contas Especial, aberta e instraurada pela Coordenação de Assessoria Técnica de Controle Interno desta Secretaria, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Art. 6º Conforme o parágrafo único do artigo 23 da Portaria n.º 538/GS, de 22 de abril de 2024, o **Controle Interno** de cada município detém a obrigação de avaliar a regularidade dos procedimentos realizados, quanto à aplicação dos recursos recebidos, visando assegurar a conformidade e lisura dos atos de gestão.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ARIMATHEUS REIS
Secretário de Estado da Saúde

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 18 DE JULHO DE 2025
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Departamento de Estradas de Rodagem

PORTARIA DER/PB Nº 068 DE 22 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, conforme Processo nº DER-PRC-2025/04721.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a engenheira **MARILIA BARBOSA MENDONCA** matrícula 9498-6, inscrita no CPF sob nº 102.374.854-19, como Gestora do Contrato PJ-030/2025, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em Gerenciamento e Supervisão das obras de implantação, pavimentação e obras d'artes especiais do Complexo Rodoviário Cabedelo/Santa Rita/Lucena (Ponte do Futuro), com extensão de 30,30 km.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria, se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO
PUBLICADO NO D.O.E PB EM 23.07.2025

PORTARIA DER/PB Nº 069 DE 24 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, conforme Processo nº DER-PRC-2025/04667.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o engenheiro **GUSTAVO LINS FIALHO** matrícula 9534-6, inscrito no CPF sob nº 027.620.624-03, como Gestor do Contrato PJ-028/2025, que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução das obras de implantação e pavimentação da rodovia PB-200 e PB-204, no trecho compreendido de Coxixola/ Entroncamento da PB-204, passando nos Distritos de Campo Velho / Distrito de Ponta da Serra / Distrito de Passagem, chegando ao Entroncamento da PB-186, numa extensão de aproximadamente 22,795 km.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria, se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DER/PB Nº 070 DE 24 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, conforme Processo nº DER-PRC-2025/04894.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **GILMAR JOSE DE ARAUJO** matrícula 3743-5, inscrito no CPF sob nº 500.357.894-68, como Gestor do Contrato PJ-036/2025, que tem por objeto a contratação de uma empresa especializada em telefonia, para locação e manutenção preventiva em uma central telefônica com 140 ramais, sem reposição de peças.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria, se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DER/PB Nº 071 DE 24 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, conforme Processo nº DER-PRC-2025/04831.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **GILMAR JOSE DE ARAUJO** matrícula 3743-5, inscrito no CPF sob nº 500.357.894-68, como Gestor do Contrato PJ-032/2025, que tem por objeto Contratação de serviços especializados de manutenção de rede telefônica, sem reposição de peças.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria, se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DER/PB Nº 072 DE 24 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, conforme Processo nº DER-PRC-2025/04877.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores **LAMARTINE VIEIRA SANTOS** matrícula 5682-1, inscrito no CPF sob nº 459.578.604-25, como Gestor do Contrato PJ-035/2025, **DANILO RICARDO DE PAIVA SOUZA**, matrícula 3896-2, inscrito no CPF sob nº 700.792.044-65, como Fiscal Técnico e **JULIANA PEREIRA MUNIZ** , matrícula 9529-0, inscrita no CPF sob nº 073.238.474-51, como Fiscal Administrativo, para a LOCAÇÃO de motoniveladora, potência mínima de 120 HP, com escarificador traseiro, pneus novos, equipamento com no máximo cinco anos de uso, em bom estado de conservação, com operador.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria, se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Engº. Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Diretor Superintendente
DER-PB